

A rede social *facebook* como ferramenta de comunicação entre a escola e a família

The *facebook* social network as a communication tool between the school and the family

Renata Aparecida Drape

Universidade Federal de São Carlos
drape_renata@yahoo.com.br

.....

Andréia Barboza Braga

Universidade Federal de São Carlos
andreinhabraga@gmail.com

.....

Maria Angélica Chagas Ferreira

Universidade Federal de São Carlos
angelicachagasf@uol.com.br

.....

Rafael Ferraz Baptista

Universidade Federal de São Carlos
rafax2@hotmail.com

.....

Rafael Santos

Universidade Federal de São Carlos
rafytos_1@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho apresenta um estudo qualitativo sobre a utilização do *Facebook* como ferramenta de comunicação entre escola e família/responsáveis. A temática surgiu pela identificação da ausência familiar como uma das possíveis causas que afetam a aprendizagem no cotidiano escolar. Considerou-se, ainda, a inserção dos indivíduos em uma sociedade contemporânea, na qual a popularização dos recursos tecnológicos possibilitou a inclusão ao mundo digital e conseqüentemente às redes sociais. Objetivou-se mapear a utilização do *Facebook* pelas escolas da rede municipal de São Carlos/SP, bem como analisar a interação entre os pais/responsáveis (dos alunos) e as escolas por meio do *Facebook*. Intenta-se, identificar os desafios e

possibilidades acerca da utilização das redes sociais. O estudo iniciou-se através da pesquisa bibliográfica. A análise documental possibilitou averiguar como as políticas educacionais orientam sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos processos de ensino e aprendizagem. O objeto desta pesquisa foram as páginas do *Facebook* de 20 unidades escolares. Percebeu-se que as páginas das escolas são alimentadas com fotos, vídeos e anúncios, em sua maioria de cunho informativo, o que torna factível a atuação das instituições escolares como mídias sociais, porém, não estabelecem um canal de comunicação participativa entre escola e família, considerando a segunda mero receptáculo de informações. Por fim, notou-se alguns desafios que se referem à apropriação adequada das tecnologias pelas escolas, incluindo o déficit na utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação como práticas pedagógicas e principalmente uma preocupação significativa sobre a exposição das crianças e adolescentes no *Facebook*.

Palavras-chave: Relação escola-família. Comunicação. Interação educativa.

Abstract

The present paper search a qualitative study about the use of Facebook as a communication tool between school and community. This emerges from the identification of family absence as one of the possible causes that affect learning in school everyday. It was considered the insertion of the individuals in a contemporary society, in which the popularization of the technological resources made possible the inclusion to the digital world and consequently to the social networks. The objective was to know Facebook's use by schools, as well as to analyze the interaction between parents/guardians of students and school through Facebook. It tries to identify the challenges and possibilities regarding the use of social networks. The study was initiated through bibliographic research. The documentary analysis made it possible to investigate how educational policies guide the use of ICT in teaching learning processes. The object was the Facebook pages of 20 schools that compose the municipal system education of São Carlos/SP. Through a qualitative approach, verified that the pages of the schools are fed with photos, videos and advertisements, mostly informative, which makes feasible the performance of school institutions such as social media, that is, they do not establish a participatory's way communication between school and family, considering as a simple receptacle of information. Finally, there were some challenges related to the proper appropriation of the technologies by the school, including the deficit in the use of ICTs as pedagogical practices and mainly a significant concern about the children's exposure and adolescents on Facebook.

Key words: School-family relationship. Communication. Educational interaction.

Introdução

O panorama educacional tem se mostrado uma fonte potencial no diagnóstico de problemas e temáticas que resultam em produções acadêmicas. É possível constatar uma grande quantidade de pesquisas científicas que abordam temas intrínsecos aos processos de ensino e aprendizagem. A busca pelas possíveis origens dos problemas que afetam tais processos tem evidenciado que a ausência ou a ineficácia das relações entre escola-família-comunidade tem sido um aspecto relevante na geração desses impasses.

Atrelado a isso, é relevante considerar a escola como um espaço inserido em uma sociedade, cujos avanços tecnológicos ocorrem de forma cada vez mais rápida, assim como a propagação da informação, que a cada dia ganha novas formas de veiculação, correspondendo à necessidade de gerar meios cada vez mais rápidos e mais eficientes na viabilização do processo de comunicação. Portanto, urge-se a imprescindibilidade de estar conectado a esse novo mundo (PRETTO, 2006).

Isso posto, e considerando a integração da sociedade ao mundo tecnológico, pretende-se averiguar a eficácia do uso da tecnologia como possibilidade de estreitamento das relações entre escola-família-responsáveis. A propagação da aquisição de tecnologias móveis, em especial o celular, e o consequente uso destes por grande parte da população como meio de acesso às redes sociais na internet, fomentou a inserção das instituições escolares no ciberespaço.

Por conseguinte, o celular e as redes sociais se tornaram novas possibilidades de criação de um canal comunicativo e até mesmo de promoção e visibilidade do trabalho pedagógico desenvolvido no espaço escolar. Desse modo, muitas escolas vêm usando esses recursos no intuito de encurtar os laços entre comunidade e instituição.

É notável a grande propagação de ferramentas que possibilitam a comunicação entre os indivíduos. Em consequência disso, a presente pesquisa pretendeu delimitar esse campo de investigação, direcionando os estudos ao uso de uma rede social específica, o *Facebook*.

O respectivo estudo tencionou investigar os limites, as possibilidades e os desafios na utilização do *Facebook* como ferramenta de comunicação entre escola, pais e responsáveis pelos alunos, possibilitando a interação destes com o contexto escolar. Pretendeu-se, ainda, mapear a utilização da rede social *Facebook* pelas escolas; analisar a interação entre pais/responsáveis dos alunos e escola por meio da referida rede social e apontar outros recursos tecnológicos que possibilitam a criação de um processo de comunicação significativo entre a escola, os pais e responsáveis.

Outrossim, pretendeu-se descobrir qual a contribuição desta rede social como meio de comunicação entre escola e comunidade de pais e responsáveis. Assim, evidenciamos o questionamento que norteou a presente investigação: Quais os limites, possibilidades e desafios no uso da rede social *Facebook* como meio de comunicação entre escola e família/responsáveis?

A relação escola-comunidade mediada pelas novas tecnologias

De acordo com Levy (2007), a sociedade continua a se construir com bases nos fortes valores de fraternidade, na qual a tecnologia se configura como um meio de potencializar e agilizar a resolução de problemas no cotidiano da humanidade. Nesse sentido, assevera-se que não existem certezas pré-definidas e a inserção da tecnologia possibilita a formulação eficaz de novos conhecimentos, assim como a reorganização de novas formas de comunicação, regulação e cooperação, estabelecendo mudanças nas relações dos indivíduos no que se refere ao contexto temporal e espacial.

Nesse contexto, surge o papel fundamental das tecnologias de informação e comunicação (TICs), que se convertem em princípios constituintes do modo como a sociedade vive e se organiza. Logo, elas ultrapassam o viés econômico e se solidificam como um marcador cultural e identitário, conforme ressalta Ponte (2000).

Assim, as tecnologias de informação e comunicação junto à popularização da internet possibilitaram a criação de um novo espaço. É nesse ambiente que se inserem as redes sociais virtuais, nas quais a expressão e a sociabilização atingiram novos patamares.

A *internet*, sem dúvida, desempenha um grande papel frente a comunicação mediada por computador, porém, faz-se necessário lembrar que as redes sociais não são uma realidade exclusiva da internet, pois estas já existiam antes mesmo da rede mundial de computadores começar a agrupar pessoas com interesses comuns. Marteleto (2001, p.72) define rede social como: “o conjunto de participantes autônomos, unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados”.

Segundo aportes teóricos de Recuero (2009), o termo rede social corresponde a um grupo de pessoas e as conexões que se estabelecem entre elas. Cada pessoa inserida nesses grupos sociais se socializa e, conseqüentemente, se constrói mutuamente. A autora pontua que as redes sociais virtuais atuam de forma um pouco diferenciada, pois não fornecem a mesma relevância no ato de comunicação e expressão, uma vez que a proximidade entre os sujeitos da interação nem sempre é tão estreita e, por conseguinte, pode não existir a efetivação de um laço social.

Desse modo, as redes sociais virtuais, em especial o *Facebook*, se fortalecem como uma ferramenta de comunicação e de informação síncrona e assíncrona, pois permitem a interação que responde à necessidade do imediatismo, assim como também possibilitam interações diuturnas. Também são consideradas atemporais, uma vez que os registros viabilizam o mapeamento das interações que se estabeleceram ao longo do tempo. Além disso, se caracterizam pelo caráter plural em relação ao espaço, uma vez que promovem a interação dos indivíduos localizados em diferentes contextos espaciais.

O *Facebook*, como assevera Bianchini (2013), é um espaço que oferece aos usuários o exercício da expressão direta. Portanto, dispõe de traços colaborativos, discursivos e coletivos em um ambiente de interação natural, cuja

premissa é a comunicação e a troca de informação, se configurando como um aparato de interação social dentro do ciberespaço.

Essas interações fomentam uma cibercultura, produzida por meio das relações que se estabelecem entre os indivíduos, as quais são carregadas de valores e morais que se concretizam em um conjunto de práticas e representações mediadas pelo uso das tecnologias.

Segundo os aportes de Bochaca e Bordala (2017) citados por Martins (2017), também diferem o ato comunicacional em dois tipos distintos: a comunicação unidirecional e a bidirecional. A primeira está ligada ao caráter informativo do processo comunicativo, pois a função é apenas de transmitir a mensagem. Diante disso, o receptor é considerado um receptáculo de mensagens, um mero consumidor de informação.

Em contrapartida, o processo bidirecional tem caráter informativo-participativo, pois a função do emissor e receptor é compartilhada em um processo de alternância, de forma que ambos informam e participam da negociação dos significados produzidos por meio da interação.

Ferreira (1996) afirma haver a possibilidade de analisar as redes sociais, bem como as interações, comunicações e informações de duas formas distintas. Uma delas, denominada de abordagem tradicional, trata a informação como externa, objetiva, algo fora do indivíduo. Sendo assim, a informação existiria em um mundo ordenado e poderia ser descoberta, definida e medida. De acordo com essa abordagem o usuário é passivo em relação a informação: sua ação sobre a informação recebida não é considerada. Já a abordagem alternativa caracteriza-se por: a) observar o ser humano como ser construtivo e ativo; b) considerar o indivíduo como orientado de acordo com a situação; c) visualizar holisticamente as experiências do indivíduo; d) focalizar os aspectos cognitivos envolvidos; e) analisar sistematicamente a individualidade das pessoas; f) empregar maior orientação qualitativa.

Nesse ponto, pretende-se definir os termos informação e comunicação, processos oriundos das interações e conexões que coexistem no ciberespaço e que são vivenciados pelos sujeitos inseridos nesse espaço. Nesse caminho, de acordo com Capurro (2003), definir o termo informação é uma das tarefas mais complexas e amplas, porém, para efeito deste estudo, adotar-se-á o seguinte entendimento de informação:

Informação não é o produto final de um processo de representação, nem algo transportado de uma mente a outra, ou, enfim, algo a ser retirado do casulo de uma subjetividade, mas uma dimensão existencial de nosso ser no mundo junto com os outros [...]. A informação é, mais precisamente, a articulação de uma compreensão pragmática de um mundo comum compartilhado. Esta compreensão *a priori* permanece em grande medida tácita ainda quando a articulamos em forma falada ou escrita, dado que, por nossa finitude, nunca podemos explicitá-la totalmente. (CAPURRO, 2003, p.1).

Além disso, compreende-se o termo comunicação como uma transmissão de informação entre um emissor e um receptor, que é quem decodifica, interpreta e adquire a mensagem. Em um segundo momento, ocorre a repetição do

processo, no qual o receptor assume a função de emissor, de modo que ambos os sujeitos compartilhem e adquiram a mensagem, criando um processo contínuo de ida e volta.

A difusão das redes sociais na sociedade e a crescente inserção dos indivíduos nos sites que oferecem tal serviço trazem influências diretas ao campo educacional, considerando que a escola é parte constituinte da sociedade, assim como a sociedade também a constitui. Desse modo, é relevante reconhecer que a influência dos fatores externos deve ser reconhecida pelos agentes educacionais e, conseqüentemente, torna-se necessário a investigação dos aspectos positivos e negativos que tais interferências, nesse caso a popularização das redes sociais, podem exercer nos problemas do cotidiano escolar.

Embora os Sites de Redes Sociais (SRS) não tenham sido desenvolvidos para fins educacionais, é crescente sua utilização neste contexto. A própria história da criação do SRS *Facebook* já remonta ao contexto educacional, uma vez que o site foi desenvolvido por um estudante universitário a fim de permitir o desenvolvimento de redes sociais dos estudantes dentro da Universidade de Harvard e que, posteriormente, expandiu o acesso a outras universidades e a escolas do ensino médio, antes de permitir o acesso livre à rede (RABELLO; HAGUENAUER, 2011, p. 26).

A inserção das redes sociais no universo da escola produz usos e apropriações que geram efeitos sobre os comportamentos e as práticas cotidianas de quem as utilizam. Através do conteúdo disseminado, o sujeito é levado a acreditar em determinados saberes compartilhados pela conectividade das redes virtuais.

O entendimento deste processo exige uma análise das formas como esse conhecimento vem sendo produzido e apreendido pelo sujeito que frequenta a escola. Uma dessas formas, já discutida no presente trabalho, é o *Facebook*. Essa rede social foi criada em 2003 e tem como principal objetivo a reunião de pessoas e a interação virtual entre elas.

Essa possibilidade de interação contribui diretamente com o universo escolar através do processo ensino-aprendizagem, uma vez que as redes sociais possuem uma linguagem construtivista, na qual os sujeitos estão em constante processo de interação (VIVES, 2011, p.15).

Enquanto plataforma utilizada para comunicação, o *Facebook* é apontado atualmente como grande possibilidade de estabelecimento de vínculos entre pais, alunos e comunidade escolar.) Assim, o *Facebook* tem gerado “um canal de comunicação mais aberto, resultando em ambientes de aprendizagem mais ricos e maior envolvimento dos alunos nos processos de escolarização” (MATTAR, 2013 p. 115)

Entende-se que hoje existe a possibilidade de uma aprendizagem que ocorre tanto dentro quanto fora da escola e de variadas formas. De acordo com essa visão, torna-se possível, através do *Facebook*, disseminar ações educativas e constituir uma sociedade de aprendizagem para além da sala de aula. Uma sociedade, na qual o aluno possa se sentir parte do processo de escolarização

e, ao mesmo tempo, possa se oferecer visibilidade às práticas educativas produzidas dentro e fora da sala de aula.

Isso posto, é notável que aludir sobre o uso do *Facebook* e suas possibilidades em relação à educação implica na necessidade de abordar determinadas adversidades intrínsecas ao cotidiano escolar. O fracasso escolar, a indisciplina, a violência, dentre outros aspectos problemáticos no âmbito educacional são considerados reflexos da ausência da família nos ambientes escolares, conforme teorizam diversos autores (PAROLIN, 2007; REALI; TANCREDI, 2005; STEYER, 2015). Além disso, os sucessos e os bons resultados, quando obtidos, são atribuídos à eficácia de um trabalho coletivo e colaborativo, que envolve alunos, professores, gestores, funcionários, famílias e comunidade.

Nesse sentido, pretende-se versar sobre a importância da instauração de uma relação mútua entre escola e família. De acordo com Steyer (2015, p.48) “quanto maior for a união entre escola e família, mais relevantes e significativos serão os resultados da aprendizagem da criança, pois na sociedade contemporânea, família e escola possuem tarefas complementares”.

Portanto, ambas devem respeitar as peculiaridades uma da outra, reconhecendo que entre essas duas instituições existe um sujeito dotado de múltiplas vivências que necessita de um ambiente propício para um desenvolvimento pleno. Dessa maneira, a “qualidade do relacionamento que a família e a escola construirão serão determinantes para o bom andamento do processo de aprender e de ensinar do estudante e do seu bem viver em ambas as instituições” (PAROLIN, 2007, p. 36).

Adentrando ao campo da legalidade, constata-se, por meio de leis como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que o papel da família é oficialmente reconhecido nos processos de ensino e aprendizagem, atribuindo a esta a corresponsabilidade pela formação plena do indivíduo. Observa-se essa relevância familiar no artigo 4º do ECA, o qual assevera que:

é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

Nesse contexto, pode-se considerar que a efetivação das premissas dispostas no artigo do ECA se concretiza por meio de um trabalho coletivo entre todas as instituições envolvidas com as crianças e os adolescentes. Isso denota que o sucesso do percurso escolar está condicionado aos relacionamentos que se estabelecem entre escola e família.

A importância da presença de familiares também é ressaltada no artigo 12º da LDBEN (BRASIL, 1994), o qual orienta que os estabelecimentos de ensino serão responsáveis pela criação de meios que possibilitem a articulação entre escola, família e comunidade, de modo que escola e sociedade se integrem.

O presente trabalho não intenta definir conceitos padrões sobre O entendimento do termo família, porém reconhece a atual pluralidade existente na estruturação

familiar. Assim, para este estudo torna-se mais relevante considerar que, independentemente de estruturas, a família é a primeira agência educacional. De acordo com Petzold (1996) apud Steyer (2015), é no cerne dessa instituição que se define a forma como o sujeito se relaciona com o mundo, pois é no contexto familiar que se iniciam as primeiras construções da identidade, que implica no desenvolvimento primário das capacidades morais.

Para Saviani (2005), a escola é responsável pela continuidade desse processo, adotando para si a função de socializar sistematicamente o conhecimento e a cultura. Portanto, a escola incumbe-se de promover a inclusão social do indivíduo, por meio da aquisição organizada do saber. Por fim, observa-se que essas duas entidades possuem objetivos distintos, mas que se complementam. Logo, os resultados desses processos devem adquirir um caráter indissociável, visando à formação plena e cidadã de cada indivíduo.

Por conseguinte, elas “compartilham a tarefa de preparar as crianças e os jovens para inserção crítica, participativa e produtiva na sociedade” (REALI; TANCREDI, 2005, p. 240).

Os documentos oficiais e a tecnologia da informação e comunicação

Encontramos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1994) a necessidade e o empenho para uma prática pedagógica mais democrática com uma participação mais ativa da comunidade escolar no desenvolvimento do fazer e do pensar pedagógico.

Assim, o artigo 12, o qual descreve as incumbências dos estabelecimentos de ensino, ressalta a importância da “articulação com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola” (Inciso VI, art.12, LDB 9394/96), enfatizando que é necessário “informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola” (Inciso VII, art.12, LDB 9394/96, Lei 12.013/2009).

Nesse ponto, é perceptível a relevância da escola e seus atores e para que tal diretriz aconteça de fato, os docentes são fundamentais nesse processo, pois devem “colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade” (Inciso VI, art. 13, LDB 9394/96).

Mesmo com limitações, é notório como as escolas, no caso desta pesquisa, as públicas, vêm tentando melhorar essa articulação com as famílias dos alunos e utilizando para isso a Tecnologia de Informação.

Os recursos implementados com o advento da internet, em especial as redes sociais, têm se tornado ferramentas que viabilizam a publicação de fotos, vídeos e/ou portfólio(s) e que possibilitam um retorno, na maioria das vezes, mais rápido. Em contrapartida, “o setor público é a esfera da sociedade em que as novas tecnologias de comunicação estão menos difundidas e os obstáculos à inovação e ao funcionamento em rede são mais pronunciados” (CASTELLS;

CARDOSO, 2005, p. 27). Tal fato, demonstra uma realidade que inviabiliza ou limita ações importantes para que essa ferramenta seja explorada e utilizada como aliada às práticas pedagógicas.

É importante salientar que a aquisição de equipamentos tecnológicos não garante por si só o bom uso desses recursos. Junto à aquisição, é preciso estar aliada uma perspectiva educacional que possibilite uma atuação voltada ao desenvolvimento humano e à integração da sociedade.

O Ministério de Educação, embora considere importante utilização de tecnologias de qualidade com vistas à melhoria da educação, alerta que o seu uso se torna desprovida de sentido se não estiver aliado a uma perspectiva educacional comprometida com o desenvolvimento humano, com a formação de cidadãos, com a gestão democrática, com respeito à profissão do professor e com a qualidade social da educação. O Ministério da Educação também adverte que o emprego deste ou daquele recurso tecnológico, de forma isolada e desalinhada com a proposta pedagógica da rede de ensino e da escola, não é garantia de melhoria da qualidade da educação. Somente por meio da conjunção de diversos fatores e a inserção da tecnologia no processo pedagógico da escola e do sistema é possível um processo de ensino – aprendizagem de qualidade. (BRASIL, 2013, p. 10).

Por isso, conforme as Diretrizes Nacionais Gerais para a Educação Básica, o Projeto Político Pedagógico (PPP) tem papel fundamental na construção do papel da escola, enquanto instituição promotora de práticas inclusivas, ressaltando a necessidade do trabalho coletivo na construção do respectivo documento, contando com a participação de todos. E considerando a tecnologia como um tema tão presente no cotidiano da sociedade, é de suma importância que tais recursos sejam abordados de forma construtiva no PPP.

Na elaboração do PPP, a concepção de currículo e de conhecimento escolar deve ser enriquecida pela compreensão de como lidar com temas significativos que se relacionam com problemas e fatos culturais relevantes da realidade em que a escola se inscreve. Nessa perspectiva, a comunidade escolar assume o PPP não como elemento mágico capaz de solucionar todos os problemas da escola, mas como instância de construção coletiva, que respeita os sujeitos das aprendizagens, entendidos como cidadãos de direitos à proteção e a participação social. (BRASIL, 2013, p. 48 e 49).

As redes sociais se tornam instrumentos que possibilitam a visualização do trabalho desenvolvido ou ainda o meio de comunicação entre a escola e as famílias e responsáveis e que merecem atenção. Porém, é importante que o grupo escolar compreenda que a utilização da rede social não suprime as outras formas de comunicação, de exposição, de informação ou de avaliação dos processos educativos. Daí, a importância da ampla discussão sobre todos esses recursos e suas implementações no Projeto Político Pedagógico da escola.

As redes ao longo da história têm constituído uma grande vantagem e um grande problema por oposição a outras formas de organização social. Por um lado, são as formas de organização mais flexíveis e adaptáveis, seguindo de um modo muito eficiente o caminho evolutivo dos esquemas sociais humanos. Por outro lado, muitas vezes não conseguiram maximizar e coordenar os recursos necessários para um trabalho ou projeto que fosse para além de um determinado tamanho

e complexidade de organização necessária para a concretização de uma tarefa (CASTELLS; CARDOSO, 2005, p. 17 e 18).

Diante desse contexto, as redes sociais, nas escolas públicas, tornam-se um instrumento que exige enfrentamento, criatividade e disponibilidade para ser utilizada como recurso que propicie uma prática pedagógica que dialoga com a realidade tecnológica da sociedade.

Organizando o estudo

A consecução da presente investigação deu-se no âmbito da disciplina de Metodologia de Pesquisa em Educação do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), como exigência parcial avaliativa para aprovação na referida disciplina.

A pesquisa pautou-se na abordagem quali-quantitativa, visando à elaboração de dados e informações acerca da utilização do *Facebook* como ferramenta de comunicação entre escola e família/responsáveis, apresentando a discussão de elementos essenciais para a compreensão do tema em questão. Iniciamos a pesquisa por meio da revisão bibliográfica e da pesquisa documental, o que viabilizou a reflexão sobre a realidade pesquisada.

A pesquisa de campo debruçou-se acerca da elaboração de dados e informações para trazer as interlocuções entre as escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental da rede municipal de São Carlos-SP, e, as famílias/responsáveis pelos alunos atendidos, por meio da análise das páginas do *Facebook* das escolas selecionadas.

As escolas do município de São Carlos-SP

De acordo com as informações oficiais do site da Prefeitura Municipal de São Carlos, a rede municipal é composta por 46 unidades escolares de Educação Infantil (Centro Municipal de Educação Infantil - CEMEI), 8 unidades escolares de Ensino Fundamental (Escola Municipal de Educação Básica - EMEB) e 1 unidade escolar de Educação de Jovens e Adultos (Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos - EMEJA), estando divididas em 10 regiões, considerando-se a proximidade territorial entre elas.

As CEMEIs estão organizadas conforme a faixa etária atendida: i) creches que atendem crianças de 0 a 3 anos, ii) pré-escolas que atendem crianças de 4 a 6 anos, e, iii) creches e pré-escolas que atendem crianças de 0 a 6 anos.

Já as EMEBs organizam-se de acordo com os anos escolares, assim, temos escolas que atendem: i) do 1º ao 5º ano, e, ii) 1º ao 9º ano.

A presente pesquisa não abarcará a EMEJA visto que por se tratar do atendimento, em sua maioria, a adultos, não há evidências da relação entre unidade escolar e as famílias/responsáveis, pois os próprios alunos são responsáveis por si e se inter-relacionam com a escola.

Considerando 25% do total das unidades escolares uma porcentagem adequada para a coleta de dados, realizamos o mapeamento e análise da página da rede

social *Facebook* de 12 CEMEI, e, optamos por utilizar o total de EMEBs que compõem a rede municipal de São Carlos, ou seja, 8 escolas.

Assim, para atender esse quesito numérico, a pesquisa utilizou a faixa etária atendida como critério de seleção das CEMEIs, foram selecionadas 4 creches que atendem crianças de 0 a 3 anos, 4 pré-escolas que atendem crianças de 4 a 6 anos e 4 Creches e pré-escolas que atendem crianças de 0 a 6 anos. Para a seleção das CEMEIs, utilizamos ainda como critério, o atendimento ao maior número de alunos.

Apresentação e análise dos dados e informações coletadas por meio da página na rede social *Facebook* das unidades escolares

Páginas e perfis

Primeiramente, foram estabelecidos os itens em que a investigação se pautaria para a coleta de dados e informações, assim, os itens averiguados foram: a frequência com que a escola em questão faz as postagens, o que as estas postam e publicam, se essas postagens e publicações são comentadas e por quem, e, quais tipos de comentários são feitos.

Vale ressaltar que para os fins desta pesquisa entende-se por “publicação” aquilo que o autor da página coloca na própria página, e, “postagem” como a publicação de terceiros na página do autor. Dessa forma, toda publicação é também uma postagem, mas nem toda postagem é uma publicação.

Cabe ainda esclarecer que se utilizou como parâmetro temporal o ano de 2017, visto que devido às eleições municipais realizadas em outubro de 2016 tem-se, consequente, a mudança do gestor público que ocorreu no ano seguinte, 2017, e, atrelada a essa mudança, ocorreu uma reorganização das secretarias governamentais.

Essa reorganização ocasionou uma reestruturação dos recursos humanos frente às secretarias. Acompanhando o curso natural das mudanças, os diretores das unidades escolares, assim como o secretário de educação e os supervisores de ensino, também foram, em sua maioria, substituídos, uma vez que estes ocupavam cargos de confiança na rede municipal de ensino do município de São Carlos.

Nesse contexto, considerando que o diretor de escola é o responsável pela manutenção da página do *Facebook* da escola em que atua, justifica-se a utilização do ano letivo de 2017 como parâmetro temporal.

A coleta de dados iniciou-se através da ferramenta de busca de perfis/páginas oferecida aos usuários do *Facebook*, na qual tentou-se encontrar a página de cada uma das escolas selecionadas. De início, foi possível identificar que apenas uma CEMEI não tem o *Facebook* e uma EMEB não apresenta postagem desde o ano letivo de 2015.

O primeiro item de análise foi a frequência com que a escola faz as postagens, e, observou-se que todas as escolas, tanto as CEMEIs quanto as EMEBs, não apresentam nenhum critério de regularidade para suas postagens, que ocorrem

desde duas a três vezes na semana, semanalmente, com períodos de tempos maiores, etc.

A inobservância de um padrão temporal nas postagens ocorre quando se compara uma escola com as demais, e dentro da mesma escola, dificultando o acompanhamento das mesmas pelos familiares do aluno, uma vez que estes não conseguem prever a que tempo ocorrerão as publicações.

O segundo item de análise diz respeito ao que as unidades escolares postam e publicam em suas páginas do *Facebook*, para tanto foram criadas categorias e subcategorias que se encontram descritas abaixo.

Fotos

1 - Foto de realização de atividade - refere-se à realização de atividades desenvolvidas com os alunos em ambiente escolar e/ou ambiente extra escolar com caráter pedagógico (passeios, visitas); 2- foto de exposição de atividade – refere-se ao produto das atividades realizadas com os alunos; 3 - foto de evento promovido pela escola – Entende-se como “evento” as festas, feiras de ciências, amostras realizadas pelas escolas (do resultado das atividades) que envolveram a comunidade ou que fora realizado apenas com os alunos; 4 - foto de palestras – exposição de um determinado tema relacionado à aprendizagem, desenvolvimento e saúde da criança direcionado aos familiares/responsáveis das crianças; 5 – foto de formação continuada em serviço de professores; 6 - foto de evento extraescolar – refere-se a atividades que são organizadas por instituições diversas, nas quais os alunos participam por meio da indicação de professor(es) com objetivos educacionais e pedagógicos; 7 - fotos de confraternização de professores – refere-se aos momento de confraternização entre a equipe docentes em ambiente escolar ou fora dele; 8 – foto/texto escrito de teor “político partidário” – refere-se à fotos e/ou vídeos de figuras políticas com intuito de autopromoção.

Cabe ressaltar que, para os fins desta investigação, entende-se que qualquer atividade cujo objetivo, ainda que indireto, seja a promoção de uma pessoa, de um partido político ou de uma ideologia partidária, foi considerada como uma atividade de teor político partidário.

Vídeos

1 – Vídeo de eventos/atividades – refere-se aos vídeos de eventos e/ou atividades pedagógicas realizadas com as crianças; 2 – vídeo com teor “político partidário” – refere-se à fotos e/ou vídeos de figuras políticas com intuito de autopromoção; 3 – vídeos com conteúdo pedagógico.

Propagandas

1 – Propaganda de faculdade particular – refere-se a propaganda de cursos de graduação, pós-graduação e extensão direcionados aos professores; 2 – propaganda de produtos alimentícios – refere-se a propaganda de produtos alimentícios diversos; 3 – propagandas diversas – refere-se a propagandas diversificadas de salão de festas, de salão de beleza, de passeio escolar, de serviços de engenharia, entre outros;

Comunicados

Os comunicados referem-se aos recados, informações, convites, etc. direcionados às famílias/responsáveis dos alunos.

Textos Informativos

Os textos Informativos – textos com conteúdo informativo destinado às famílias/responsáveis e/ou professores.

Postagens diversas

1 - Postagem das famílias/responsáveis – refere-se às publicações diversificadas das famílias/responsáveis na linha do tempo da escola (incluindo fotos ou texto escrito), com conteúdo inerente à escola; 2 - postagens particulares de professores – refere-se às publicações particulares de professores de conteúdos diversos na linha do tempo do *facebook* da escola ; 3 - postagem de ONG – refere-se às publicações de ONG de fotos e vídeos de atividades diversas na linha do tempo do *facebook* da escola.

Os dados acerca do que as unidades escolares publicam e postam em sua página do *facebook*, foram tabulados na tabela abaixo para melhor visualização.

Tabela 1 – Publicações e postagens das unidades escolares em sua página do *facebook*

	FOTOS								VÍDEOS			PROPAGANDAS			POSTAGENS DIVERSAS			COMUNICADOS	TEXTOS INFORMATIVOS
	1	2	3	4	5	6	7	8	1	2	3	1	2	3	1	2	3	-	-
CEMEIs																			
Escola A	X		X						X			X	X			X		X	
Escola B	X		X						X			X				X		X	X
Escola C			X									X	X	X		X		X	
Escola D	X		X	X	X				X					X	X				
Escola E							X	X		X				X		X			
Escola F	X		X			X			X			X			X			X	X
Escola G	NÃO POSSUI FACEBOOK																		
Escola H									X			X	X	X			X		
Escola I	X		X			X												X	
Escola J			X					X	X										
Escola K	X		X						X			X		X					
Escola L	X		X															X	
EMEBs																			
Escola 1																		X	
Escola 2	X	X	X		X	X			X			X						X	
Escola 3	X	X	X											X	X			X	
Escola 4	NÃO APRESENTA PUBLICAÇÕES DESDE 2015																		
Escola 5	X		X				X	X				X							
Escola 6	X		X				X					X	X	X					
Escola 7	X											X	X						
Escola 8			X																

Fonte: Próprios autores (2018).

LEGENDA

FOTOS

1	foto de realização de atividade
2	foto de exposição de atividade
3	foto de evento promovido pela escola
4	foto de palestras
5	foto de formação continuada em serviço de professores
6	foto de evento extraescolar
7	foto de confraternização de professores
8	foto/texto escrito de teor "político partidário"

VÍDEOS

1	vídeo de eventos/atividades
2	vídeo com teor "político partidário"
3	vídeo com conteúdo pedagógico

PROPAGANDAS

1	propaganda de faculdade particular
2	propaganda de produtos alimentícios
3	propagandas diversas

POSTAGENS DIVERSAS

1	postagens das famílias/responsáveis
2	postagens particulares de professores
3	postagens de ONG

	COMUNICADOS
--	-------------

	TEXTOS INFORMATIVOS
--	---------------------

Ao analisar as postagens das páginas das escolas municipais (CEMEIs e EMEBs), verificou-se que em 90% das postagens não se faz a indicação da fase ou do ano escolar a que a postagem se refere, tampouco à descrição da atividade.

Essa ausência de indicação e descrição não favorece a comunicação entre a escola e a família, uma vez que se vê as imagens, mas não é possível apreender o que de fato o aluno está aprendendo e/ou desenvolvendo com a atividade em questão, seja ela lúdica ou não.

Nesse sentido, à família não é oferecida a oportunidade de conhecer o que a criança está aprendendo e/ou desenvolvendo na escola e consequentemente não há um favorecimento para que este processo tenha continuidade em seu cotidiano, fora da unidade escolar.

Em duas CEMEIs encontrou-se uma página de *Facebook* oficial (que se encontra em uso) e uma página na categoria pessoa, que pareceu vinculada a uma conta pessoal. Cabe salientar que, para os fins dessa investigação, utilizou-se a página oficial, contudo há a importância de se mencionar a necessidade de fechamento de uma página em desuso para iniciar a utilização de uma nova página, pois a família/responsável pode ter dúvidas ao tentar localizar a página oficial da escola em que seu filho estuda, inviabilizando o processo de comunicação e interação.

Observou-se ainda, que a grande maioria das escolas municipais, cerca de 95%, permite que qualquer pessoa/instituição/entidade publique qualquer conteúdo em sua linha do tempo, sem aprovação prévia. Tais permissões ocorrem tanto de forma direta quanto indireta, a qual denominamos de “chamamento” (quando em uma publicação na linha do tempo da sua própria página do *Facebook*, o autor desta, cita, em forma de marcação, o nome de outra pessoa/instituição/entidade). Por esse motivo, verifica-se a grande quantidade de propagandas e outros assuntos que não são de cunho pedagógico na página da rede social em questão. Também se observam inúmeras postagens particulares de docentes na página da escola, como propagandas e pedidos para que se vote em um indivíduo (normalmente filho ou neto) participante de concursos de lojas.

Diante dessa situação, levantou-se o seguinte problema e questionamento: “Quem seria o responsável legal pelas postagens e publicações, no caso destas apresentarem-se com conteúdo impróprio, ofensivo ou ilegal?”. Contudo, não se intenta aprofundar nessa discussão, uma vez que esta não é a questão tema da presente investigação, podendo ser abordada em outro momento.

Encontramos postagens de algumas CEMEIs contendo fotos de crianças seminuas (usando apenas fraldas) sem que sua identidade fosse preservada e sem devida regulação de quem tem acesso a essas imagens. Sabemos que a Educação Infantil, por trabalhar com crianças pequenas apresenta suas especificidades, porém, não podemos renunciar aos cuidados mínimos que garantam ou ao menos minimizem os riscos dessas fotos serem utilizadas de forma indiscriminada por qualquer pessoa para variados fins.

Verificou-se que há postagens de pais/mães/responsável dos alunos na página do *Facebook* das unidades escolares contendo fotos das crianças em ambiente escolar e fora dele, em atividades cotidianas, de questionamentos variados como por exemplo: “Qual o horário de funcionamento da secretaria da escola?” “Porque nem todas as salas publicam fotos das atividades realizadas com as crianças?” “Quando terão início as aulas?”, entre outros. No entanto, foi possível verificar que nenhuma escola respondeu às solicitações.

Foi possível verificar que na página do *Facebook* em que as escolas fazem publicações com maior frequência há um maior número de comentários e visualizações, porém os comentários se resumem a elogios, felicitações à equipe

docente ou ao professor que realizou a atividade/evento em questão, além de elogios de pais, avós, responsáveis aos seus filhos/netos.

Na análise dos comentários identificou-se a existência de questionamentos dos pais/responsáveis, que mais uma vez não foram respondidos pela escola.

Considerações finais

Possibilidades, limites e desafios da comunicação via *facebook* entre escolas, famílias e responsáveis

Em face ao exposto, pode-se dizer que a relação que se estabelece entre a escola e a família por meio da rede social *Facebook*, na rede municipal de São Carlos/SP, ocorre de forma unilateral, com caráter informativo.

As escolas informam, minimamente, por meio de imagens (fotos e vídeos) e comunicados o que se faz ou se pretende fazer no ambiente escolar. Portanto, a família tende a ser concebida como depositária das mensagens da escola.

Dessa forma, não há comunicação efetiva e participativa entre a escola e família via *Facebook*, uma vez que apesar de haver espaço para *feedback* para os pais/responsáveis, não há atenção por parte da escola, ou seja, estes não encontram espaço para expressar suas opiniões e perspectivas por meio desse recurso, que poderia ser um canal a mais de estreitamento e aproximação entre ambas as esferas, famílias e escola.

Assim, as páginas da rede social *Facebook* das unidades escolares, apesar de apresentarem um grande potencial para ser um contributo na comunicação entre escola e família, não tem realizado esse papel, ao contrário, tem concebido a família como um “consumidor”, que apenas recebe aquilo que já está pronto e acabado, sem qualquer participação significativa na organização educativa.

Nota-se a construção de uma relação reativa, a qual se concretiza por meio das reações das famílias frente ao estímulo que lhes são dados, nestes casos as postagens superficiais publicadas pela escola. Infere-se que tal relação exerce impactos tantos para os familiares quanto para a escola e seus agentes, porém não se estabelece laços sociais que viabilizem a construção de um canal de comunicação participativo.

Desse modo, observou-se que as informações e publicações das escolas são externas aos pais e responsáveis, tornando-os passivos em relação a informação recebida. Portanto, surge a necessidade de empenho para uma prática pedagógica mais democrática e a participação ativa de todos os atores sociais envolvidos com a instituição, dentre eles: pais/família, funcionários, professores, gestores e alunos, conforme está previsto na determinação da lei 9394/96.

Também consta na LDB que o PPP deva ser construído coletivamente e deve prever o uso de recursos tecnológicos para o trabalho pedagógico com os alunos, seguindo as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil 2010. Esses recursos tecnológicos podem e devem ser adotados efetivamente para auxiliar como apoio na divulgação para pais e

familiares do que a escola faz no seu dia a dia, numa perspectiva compartilhada de trocas informativas. Assim a escola deve prever: procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento por meio de “(...) Documentação específica que permita as famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na educação infantil” (BRASIL, 2010 p. 29).

Dessa forma, salientamos que a rede social *Facebook* pode ser utilizada como um dos instrumentos a compor a Documentação Pedagógica (material elaborado e utilizado pela Abordagem Reggio Emiliana e difundido entre vários outros países), que por sua vez, tem um grande potencial para fornecer material suficiente para acompanhamento e avaliação do desenvolvimento e aprendizagem infantil.

Uma forma de garantir as famílias e a comunidade o acesso a informações sobre o que as crianças fazem na escola, aos trabalhos e a todo o contexto das relações entre as crianças e delas com o processo de conhecimento, é o uso coletivo do Facebook da escola, um rico meio de demonstrar por meio de fotos, vídeos e textos o que é trabalhado com as turmas, possibilitando também que os pais participem, não apenas com comentários, mas principalmente com a negociação de significados, estabelecendo-se um canal de comunicação e participação ativa e efetiva dos processos educativos.

Embora o uso como mural virtual, conforme exposto ao longo da pesquisa, pareça ser o modo dominante de uso, a pesquisa também revelou outras possibilidades de uso, limites e desafios implícitos, além de envolvimento de outros recursos tecnológicos para fins de interação entre escola e famílias. Neste sentido a criação e uso das páginas de *Facebook* das instituições possibilitam, em parte, a visualização da vida da escola, da dinâmica do que é feito junto com as crianças, com elas e para elas.

Entende-se, desse modo, que esse não deve ser o único recurso para essa aproximação. O *Facebook*, assim como as demais TICs, deve cumprir um papel complementar aos processos de comunicação entre escola e família, assim como aos processos de ensino e aprendizagem.

Como principais desafios, essa prática exige além da educação digital para toda a rede municipal de ensino, incluindo toda a comunidade escolar, a responsabilidade no gerenciamento desse uso, criatividade, disponibilidade e comprometimento, e, criticidade propiciando uma prática que aproxima e dialoga com a realidade tecnológica da sociedade e que ao mesmo tempo auxilie em uma perspectiva de possibilidade de trocas comunicativas entre instituição educacional e famílias numa via de mão dupla.

Garantidas essas condições, torna-se possível explorar mais os recursos que o *Facebook* pode oferecer para este fim, favorecendo as interações entre a escola e as famílias, ampliando as possibilidades de uso para além de mural virtual de fotos, mas também como espaço de avisos e notícias referentes à escola, a aprendizagem e o desenvolvimento infantil, mural para exposição de opiniões e sugestões proferidas pela comunidade escolar, espaço de promoção de debates, de registros e de memórias da instituição, entre tantas outras.

Também se torna possível, a partir de ações formativas, que tenham como tema a educação digital para o uso do *Facebook* - tanto para as famílias, quanto para alunos, professores e gestores - garantir privacidade e segurança virtual aos usuários, atentando-se para os alertas de pontos negativos manifestados pelos dados dessa pesquisa como possíveis limites ou limitações nessa prática.

Referências

BIANCHINI, Aline Feijó. **Política na Web: Um estudo sobre o uso de Redes e Mídias Sociais pelos Candidatos à Prefeitura de Porto Alegre em 2012**. 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Comunicação Social, , Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/6656/1/000458801Texto%2bCompleto-0.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. **Guia de tecnologias educacionais de educação integral e integrada e da articulação da escola com seu território**. MEC/SEB. Brasília. 2013. p.10.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei. 9394/96. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 20 dez. 1996.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC/SEB/DICE. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil /Secretaria de Educação Básica**. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E TRANSDISCIPLINARIDADE. 5., 2003. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.capurro.de/enancib_p.htm>. Acesso em: 25 de nov. 2017.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo. **A sociedade em Rede: do conhecimento à ação política**. Belém: Imprensa Oficial- Casa da Moeda, p. 17, 18 e 27. 2005.

FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto. Novos paradigmas e novos usuários da informação. In: **Ciência da Informação**, Brasília, v.25, n.2, p.217-223, 1996. Disponível em: <http://dici.ibict.br/archive/00000360/01/Novos_paradigmas__e_novos_usu%C3%A1rios.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2017.

LÉVY, Pierre. **A Inteligência Coletiva, por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Edições Loyola, 2007, 5a edição.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais - aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, abr. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652001000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 27 nov. 2017.

MARTINS, Fernanda. Novas Tecnologias e Comunicação Escola-Pais: implicações para uma escola democrática e interface com o currículo oculto. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, v. 10, n. 23, p. 87-98, set./dez. 2017. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/7447/pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

MATTAR, João. **Web 2.0 e redes sociais na educação**. São Paulo: Artesanato educacional, p. 115. 2013.

PAROLIN, Isabel Cristina Hierro. **Pais e Educadores: quem tem tempo de educar?** Porto Alegre: Mediação, 2007.

PONTE, João Pedro. Tecnologias da Informação e comunicação na formação de professores: que desafios?. **Revista Iberoamericana de education**, n. 24, set/dez 2000. Disponível em: <<http://www.rieoei.org/rie24a03.PDF>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

PRETTO, Nelson. **Educação Artesão Impregnada de Tecnologia**. In: SIQUEIRA, Neiva Alves de; XAVIER, Adriana Gonçalves; MEDEIROS, Aimone Cristina da S. (Org.) Tecendo aprendizagens com a Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. Porto Alegre: SMED, 2006, p. 13-29. Conversações Pedagógicas na Cidade que Aprende, v. 2.

RABELLO, Cintia Regina Lacerda; HAGUENAUER, Cristina Jasbinschek. Sites de redes sociais e aprendizagem: possibilidades e limitações. **Educaonline**, Rio de Janeiro, v. 5, n.3, p. 19-43, setembro/dezembro 2011. Disponível em: <http://www.academia.edu/3111998/Sites_de_Redes_Sociais_e_Aprendizagem_Potencialidades_e_Limita%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 26 nov. 2017.

REALI, Aline Maria de Medeiros R.; TANCREDI, Regina Maria Simões Puccinelli (2005). A importância do que se aprende na escola: a parceria escola-famílias em perspectiva. **Paidéia**, n.15, v. 31, p. 239-247.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009. Disponível em: <http://www.ichca.ufal.br/graduacao/biblioteconomia/v1/wpcontent/uploads/rede_s_sociaisnainternetrecuero.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2017.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico -crítica: primeiras aproximações**. 9 ed., Campinas, Autores Associados, 2005.

STEYER, Silvana Castilhos. **As TIC na educação infantil: contribuições do Facebook para a aprendizagem e para a integração família e escola**. 2017. Dissertação (mestrado em Tecnologia Educativa) – Universidade do Minho, Faculdade de Ciências da Educação, Braga/Portugal, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1822/43038>>. Acesso em 28 nov. 2017.

VIVES, Fernando. O medo de olhar para frente. **Atualidades em sala de aula:** Cartas na escola. n. 56, maio 2011, p. 14-17.

Submetido em 31/07/2018.
Aceito em 23/10/2018.

